



## O Homem das 200 Etnias: Sidney Possuelo

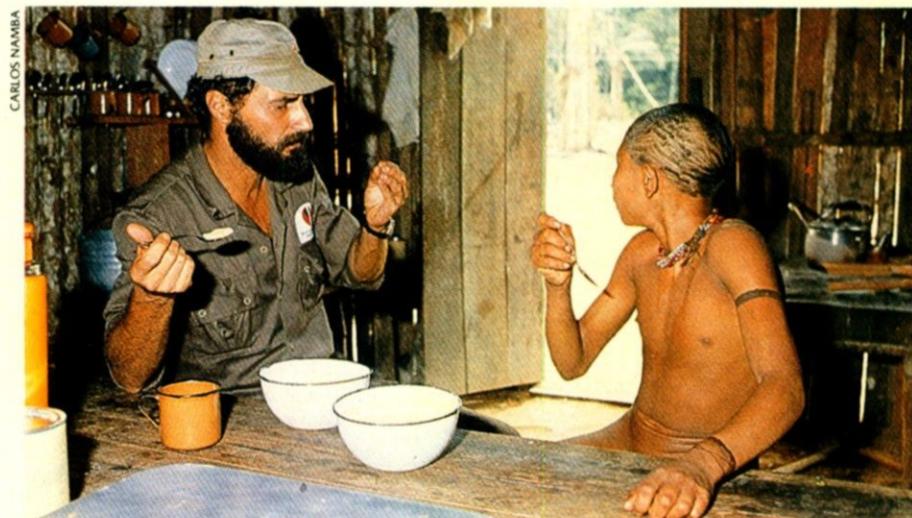
A Funai surgiu a partir do trabalho de aproximação com os povos indígenas realizado pelo Marechal Rondon. Ao longo de seus 25 anos, a entidade criada pelo governo para oferecer assistência aos 250 mil índios remanescentes dos milhões que habitavam o país, passou pelas mais variadas atuações. Nem todas favoráveis aqueles que deveria proteger. O sertanista Sidney Possuelo, mineiro da cidade de Santos Dumont e ex-diretor do Parque Nacional do Xingu, joga no time das quase 200 etnias e procura dar ressonância aos protestos quase sempre semelhantes, apesar de ditos em 170 línguas diferentes. Ciente do vespeiro de interesses contraditórios que a questão indígena desperta, Possuelo se considera um funcionário público, pago com dinheiro público, para lutar pelo direito dos outros povos dentro da variada nação brasileira.

### HG: Como surgiu seu interesse pela causa indígena?

O meu interesse foi despertado desde jovem, e não foi diretamente pela causa indígena; acho que uma consequência do espírito de quem gostava de aventura. Foi através dos irmãos Villas-Bôas que eu iniciei o primeiro contato com os índios numa viagem que fizemos ao Xingu. Chegamos ao que é hoje o Posto Leonardo Villas-Bôas. Na época, há cerca de 28 anos, havia apenas uma placa do Capitão Vasconcelos. Foi uma viagem bastante acidentada, quando aconteceram muitas coisas interessantes que ficaram na minha memória.

### HG: Como se faz uma abordagem inicial a uma tribo nunca antes contactada?

Nós estamos falando das técnicas de aproximação com os grupos indígenas isolados. Primeiro é preciso saber o que representam esses índios. São grupos indígenas que desde a época do Descobrimento, nunca mantiveram contato regular com a sociedade envolvente. Eles tiveram na sua história passada confrontos com vários segmentos nacionais, desde garimpeiros até aqueles que buscavam drogas no sertão. O fato é que, mais tarde, pequenos grupos foram se recolhendo, em busca de territórios mais afastados, de forma



Possuelo com índio arara, recém-contactado

que só foram alcançados muito tempo depois, através de um trabalho sistemático e regular que consiste em localizar as malocas ou suas roças através de sobrevôos de aeronaves, que orientam a expedição terrestre na aproximação. Esse é um tipo clássico de abordagem. Isso pode ocorrer pacificamente, depois de um longo período, ou ocorrer como normalmente acontece, através do confronto. Os índios partem para a defesa dos seus territórios e atacam aqueles que consideram agressores. Hoje esta sistemática mudou. Nós entendemos que estes grupos devem se manter isolados na medida em que nós não temos caminhos seguros a partir do contato.

### HG: Ainda existem povos indígenas sem qualquer contato?

Ainda existem alguns grupos nos estados do Amazonas, Pará, Acre, Rondônia, norte do Mato Grosso e entre Mato Grosso e Pará. Por incrível que pareça, temos pequenos grupos humanos sem contato nos estados do Maranhão, que são os Awá-Guajá. São grupos basicamente familiares. Esses grupos se compõem muitas vezes de pouquíssimas pessoas. Em casos excepcionais, há grupos maiores que variam de 150 a 180 pessoas. Entretanto, muitas vezes acontece de você encontrar grupos como os Awá-Guajá dispersos pelo Brasil central, que estão em lugares inacessíveis, e que perambulam por aí.

### HG: No início de 93 ocorreu uma segunda etapa da operação de retirada

### de garimpeiros da área yanomami. Existe alguma diferença da retirada anterior?

Eu diria que a questão yanomami é um tema que se transformou quase que num símbolo de índios de pouco contato. Não é o mesmo caso dos índios isolados, a que me referi anteriormente. Os grupos indígenas isolados têm um tratamento diferenciado. Os Yanomami não são para nós índios isolados. É um grupo de difícil acesso, geograficamente. Os isolados têm que ter uma expedição e um trabalho específico para manter o primeiro contato. No caso dos Yanomami não. Nós vamos iniciar a segunda operação, na minha administração, de retirada dos garimpeiros, que invadiram a área Yanomami, porque assim determina a lei. Fundamentalmente não muda nada das operações anteriores, a não ser a questão do espaço aéreo yanomami. Nós havíamos solicitado que este espaço aéreo fosse considerado restrito, de forma que nenhuma aeronave possa entrar, invadir aquele espaço aéreo sem uma autorização específica da Aeronáutica. Este é o único fato novo e diferente das operações anteriores.

### HG: E em quais existem problemas com grileiros, madeireiros ou garimpeiros?

Isso, basicamente, está disseminado pelo Brasil todo. Não temos praticamente uma área indígena que não sofra de alguma forma uma certa ação, que esteja abso-

lutamente tranquila, sem que haja uma intenção sobre ela. Essa intenção parte de segmentos da sociedade, sejam eles políticos ou econômicos. De forma que todas as áreas indígenas hoje sofrem alguma pressão da sociedade envolvente, quando não do próprio Estado.

**HG: Como o Sr. avalia a atuação de entidades não governamentais junto aos povos indígenas?**

A sociedade civil se organiza cada vez mais e isso se manifesta através das Organizações Não-Governamentais, como uma possibilidade de fazer presente o pensamento civil em matéria do governo, seja na questão da demarcação das terras, dos direitos humanos, enfim em vários setores importantes da nossa sociedade. E me parece que o caminho que se tem trilhado no mundo inteiro é que essas organizações, cada vez mais, estejam presentes na resolução destes problemas. Muitas vezes nós sabemos que o Estado é insuficiente ou, impotente, na luta pela defesa dos direitos humanos, na questão da demarcação ou na preservação do meio ambiente. Assim, essas sociedades têm um papel importante hoje e no futuro também. No meu entender, no futuro elas tomarão cada vez mais espaço dentro da sociedade nacional. Dizer quais os trabalhos, eu diria, por exemplo, que foram vários pequenos trabalhos. O único trabalho de uma razoável dimensão que nós tivemos foi com a Mata Virgem, quando ela pagou os custos da demarcação da área Kayapó, situada no Estado do Pará. Fora isso, vários outros projetos são feitos entre nós, a comunidade indígena e a sociedade civil organizada, através das ONG's e normalmente isso se traduz em serviços, trabalhos, pareceres e nunca através de dinheiro repassados à Fundação Nacional do Índio.

**HG: A Funai possui um censo das populações indígenas?**

O nosso censo aponta aproximadamente 250 mil índios dentro do Brasil, 70% na Amazônia Legal. As populações, sofreram um grande decréscimo. Nós sabemos que eles eram aproximadamente 4 ou 5 milhões de índios na época do Descobrimento. Quando se analisa genericamente houve uma diminuição evidentemente dramática nesse contingente humano. Mas hoje há várias populações indígenas que estão crescendo, se recuperando das perdas de vidas durante todos esses séculos de encontros conosco.

**HG: Quem são os inimigos da Funai?**

A Funai é um órgão *sui generis* dentro do Governo. É um órgão criado e pago pelo próprio Governo, portanto pelo povo,

com uma responsabilidade de produzir um trabalho não exatamente para esse povo, mas sim para outros povos. Dentro do Brasil, nós temos quase 200 etnias com 170 línguas diferentes. São vários os povos indígenas do Brasil, que é uma coisa que as pessoas também precisam saber. E nós somos um órgão do Governo que devemos proteger os povos que não pertencem aos nossos financiadores. Isso coloca a Funai em uma situação bastante difícil. A Funai é muito isolada dentro do Governo. Mas isso está dentro das consequências lógicas na medida em que nós defendemos segmentos que a sociedade brasileira, de um modo geral, também não considera muito, que são os índios. Eles são marginalizados eternamente dentro desse processo de direitos nacionais. Os inimigos da Funai são os inimigos dos índios.

E quem tem interesse são aqueles que querem retirar minérios das terras indígenas, o fazendeiro que pretende açambarcar o espaço ocupado pelas comunidades, o madeireiro, e também as grandes obras do governo que atingem as áreas indígenas. Esses são os inimigos dos índios que podem ser inimigos circunstanciais. Não digo que o Governo seja um inimigo perene dos índios, mas em alguns momentos, quando quer determinar coisas, ele se coloca e age como se fosse inimigo.

**HG: O Sr. considera a estrutura da Funai suficiente?**

A Funai tem 25 anos e surgiu com a derrocada e a extinção do antigo SPI, (Serviço de Proteção ao Índio), que nasceu sob a influência e foi conduzido, durante longo tempo, pelo Marechal Rondon. Esse serviço foi eficiente enquanto Rondon viveu. Depois da sua morte, perdeu-se aquela autoridade que ele possuía e o serviço veio a falir. Dele, do seu acervo, do Parque Nacional do Xingu e mais da Fundação Brasil Central, nasceu a Funai. A história da Funai é extremamente conturbada e difícil. Ela ao longo de sua história se comportou mais como um órgão do Governo para proteger as atividades do Governo, do que para defender e proteger as atividades e os interesses indígenas. Segundo as características do nosso trabalho, o homem que se relaciona diretamente com o índio é o técnico indigenista e o sertanista. Esse servidor é formado, mandado para o campo e esquecido. Absolutamente esquecido. Os anos passam e esses homens acumulam muitas malárias, muitas doenças endêmicas nessas regiões de selva e não são promovidos em nada. Com o passar do tempo, eles tentam se estabelecer nas cidades. De forma que hoje, a Funai tem em algumas capitais – e hoje são cinco

capitais uma concentração excessiva de pessoal ( Recife, Goiânia, São Paulo, Rio de Janeiro ). Nessas cidades não temos contingente indígena que nos interesse. Então, temos que fazer uma adequação desses funcionários às necessidades do órgão para que eles possam ter reciclagem e não fiquem esquecidos e largados no campo.

**HG: A situação econômica dos povos indígenas vem apresentando discrepâncias evidentes. Há tribos abastadas, equipadas e prósperas; outras, a partir do contato ficaram despreparadas. Como o Sr. vê esta questão?**

Veja bem, a Funai é estabelecida por lei com a finalidade, entre outras coisas, de cuidar da questão econômica, do patrimônio indígena, do desenvolvimento da comunidade, de sua saúde, da sua educação, etc. Num determinado momento há uns dois anos, um decreto presidencial, foi na época do Collor, retirou quatro das cinco finalidades fundamentais da Funai que são: a saúde, educação, atividades produtivas e meio-ambiente, tudo isso passa aos Ministérios da Educação, Saúde, Meio Ambiente e Agricultura, respectivamente. Então, o universo de trabalho da Funai foi cortado em 80%, ficando hoje sob a sua responsabilidade a terra. Mas, na verdade, o pouco que tem sido feito nas outras áreas, educação e saúde, por exemplo, tem sido feito pela Funai, apesar das restrições econômicas. Ao longo da história da Funai, nos últimos 25 anos, foram feitos inúmeros projetos, alguns razoavelmente bons, outros ruins, de desenvolvimento econômico para as comunidades indígenas, procurando caminhos alternativos, o que, aliás, é o grande problema dos povos. Que caminhos alternativos as comunidades poderiam ter na nossa civilização? O que eles podem fazer para proteger seu ambiente, vivendo ali sem desprezá-lo? De que forma eles poderiam encontrar caminhos para suprir as necessidades que nós criamos e introduzimos no meio deles? Este é o grande desafio. Acho que exigirá muito tempo para que o índio encontre um caminho econômico saudável. Se você me perguntasse, como fazer, não saberia responder. Sei que temos que encontrar esses caminhos para os povos indígenas, junto com os próprios índios, universidades, enfim com as cabeças pensantes desse país.